



ALAGOAS

Em reunião com a CUT Alagoas, sindicato discute privatização da CHESF e demissão de centenas de vigilantes do Nordeste



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas participou, nesta quarta-feira (27), de uma reunião com a executiva da CUT Alagoas e o secretário de Relação do Trabalho para discutir a privatização da CHESF (Companhia Hidrelétrica de São Francisco). Na ocasião, também foi discutido o Piso Salarial da categoria para 2024.

O presidente do sindicato, José Cícero Ferreira, ressaltou que a privatização da Chesf resultou na demissão de centenas de vigilantes dos estados de Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte e que as entidades sindicais do Nordeste estão unidas na luta para reverter a situação.

“São centenas de pais de família que estão perdendo seus empregos para que a empresa aumente o lucro. As usinas estão ficando abandonadas, o risco de apagão é eminente e a mão de obra qualificada está sendo dispensada. Os sindicatos dos vigilantes de todo Nordeste estão unidos para que possamos rever essa situação. Se for preciso, vamos denunciar ao Ministério Público e procurar as autoridades para denunciar o descaso da Chesf com os trabalhadores”, afirmou o presidente.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

SETEMBRO AMARELO: “A MELHOR FORMA DE AJUDAR QUEM PRECISA É SABER OUVIR SEM PRECONCEITO”



Registro ao final da palestra, com participantes e a palestrante, no auditório do Sindiferroviários

“O suicida não quer morrer, quer acabar com a sua dor”, afirmou a psicóloga Marisa Couto da Silva, na sua palestra sobre “Valorização da vida e prevenção ao suicídio”, realizada pelo Sindivigilantes do Sul, sábado (23).

Mesmo numa manhã chuvosa, foi muito bom o comparecimento de vigilantes e ASPs, quase lotando o auditório do Sindiferroviários, local do evento de apoio à campanha do Setembro Amarelo.

Além de participantes da capital e cidades vizinhas, também vieram muitos profissionais do interior, muitos da Região Carbonífera, Veranópolis e também o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pelotas, Marcelo Pucinelli Alves.

A diretora Elisa Araújo coordenou a palestra e explicou que o presidente Loreni Dias precisou se ausentar, porque foi convocado

para um encontro da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), em Brasília, no final de semana, para discussão da campanha salarial de 2024.

“O sindicato aderiu à campanha do Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio, e está fazendo tudo que é possível, tudo que está ao nosso alcance, para oferecer apoio emocional aos vigilantes e ASPs”, disse Elisa.

O maior mito do suicídio

Segundo a palestrante Marisa Costa, as razões que podem levar alguém a pensar e planejar a ideia de tirar a própria vida são muito complexas.

Fatores físicos e emocionais, a partir de algo que se modifica na vida da pessoa, podem funcionar como “gatilho” para isso, tais como o luto, o fim de um relacionamento ou uma doença.

Ela ressaltou bastante o risco para quem está passando por depressão ou também o “Burnout”, que são episódios depressivos relacionados ao trabalho.

“O maior mito do suicídio é ‘quem fala não faz’, porque quando a pessoa começa a falar em se matar, está (na verdade) pedindo socorro, fazendo um pedido de ajuda”, alertou.

“É preciso dar crédito à dor que a pessoa está sentindo, e quando alguém começar a falar em ‘morte’, mudar seu comportamento, se isolar, não fazer mais o que gostava, a gente deve ficar alerta”. completou.

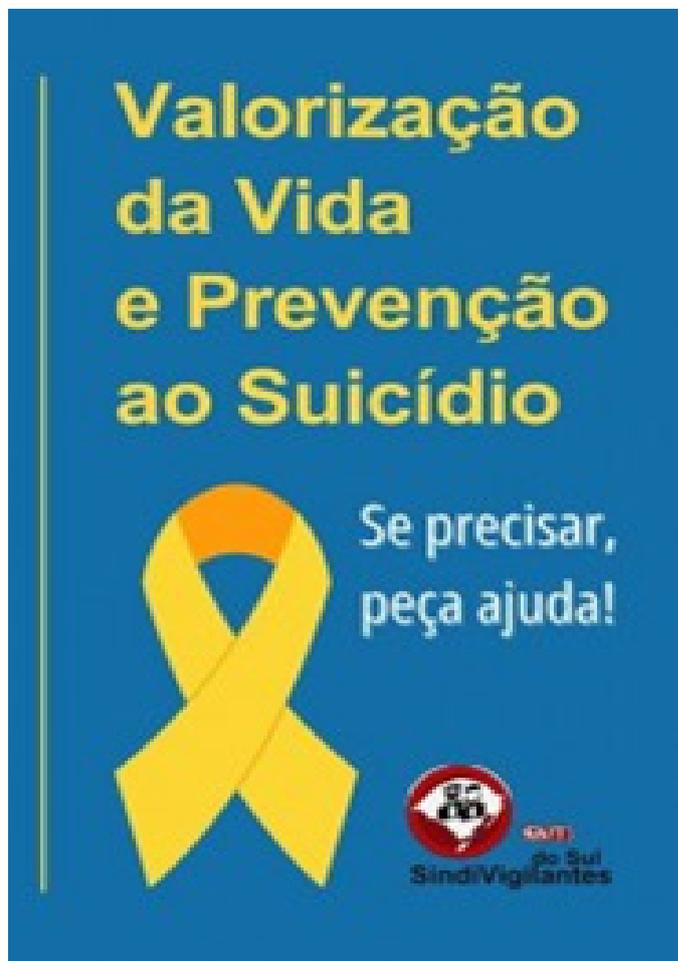
Melhor forma de ajudar

A melhor forma de ajudar, conforme a psicóloga, é ser acolhedor, e saber ouvir quem está pensando em suicídio e indicar onde a pessoa pode buscar ajuda especializada. “O básico é ouvir o outro, sem preconceito, sem julgar, só assim a gente pode ajudar, porque o preconceito mata”, afirmou.

Também estava presente o assessor jurídico Maurício Vieira da Silva, que ressaltou as condições difíceis de trabalho da categoria, e ainda sofrendo, frequentemente, o calote de empresas que não cumprem seus compromissos com os trabalhadores.

“A terceirização no Brasil precarizou o trabalho e nas licitações quem ganha pelo menor preço não têm condições de honrar os pagamentos dos trabalhadores, que ficam sem receber. Isso expõe o trabalhador a situações que muitas vezes o levam ao desespero”, disse.

Num momento mais descontraído, a psicóloga citou os casos de quem se desespera pelo fim de um relacionamento, uma situação que é muito comum. Ninguém pertence a ninguém, lembrou: “O amor é feito para nos trazer felicidade e alegria, mas se não traz mais, deixa o outro ir, que vá com Deus”, aconselhou.



Lançamento da cartilha

No evento foi lançada a cartilha “Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio”, produzida pela psicóloga e a assessoria de comunicação do sindicato, que será distribuída à categoria na sede e nos postos de trabalho.

A publicação traz orientações básicas e indicações de onde procurar ajuda, como o atendimento psicológico gratuito que o sindicato oferece (basta ligar e marcar consulta), e o telefone 188 do CVV – Centro de Valorização da Vida.

O CVV realiza apoio emocional e prevenção do suicídio atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone, email e chat 24 horas todos os dias.

SE PRECISAR, PEÇA AJUDA!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL



PERNAMBUCO

Registro de um dia especial para nossa categoria!



No mês 02/2019, na Câmara Municipal de Carpina, o Vereador Guilherme Diogenes Ferreira, na presença do Presidente Souza Vigilante, do vice Francisco e do diretor Jairo, sancionou a Lei que garante a presença dos Vigilantes nas agências bancárias do município.

O Projeto de Lei de iniciativa do Sindesv-PE, em parceria com o poder legislativo, se tornou Lei Municipal, garantindo o emprego dos Vigilantes das Agências Itaú da cidade de Carpina.

Uma vitória para os trabalhadores da agência, clientes do banco e, principalmente, para nossa categoria!

Sindesv-PE sempre na luta por TODOS e para TODOS!

Emprego bancário continua em queda

Dados mostram redução de 634 postos de trabalho no setor em julho e perda de espaço no ramo financeiro para as cooperativas de crédito



O setor bancário perdeu 634 postos de trabalho em julho, segundo Pesquisa do Emprego Bancário (PEB), realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nos dados do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). É o décimo mês consecutivo com redução do número de postos de trabalho. O último mês com aumento de postos foi em setembro de 2022.

Desde então, nos dez meses seguintes, houve uma redução de 6.273 postos de trabalho na categoria bancária.

O saldo de postos de trabalho é a diferença entre o número de admissões e de demissões.

“Identificamos que houve redução de postos de trabalho tanto nas pequenas agências bancárias quanto nas matrizes, onde há alocação de grande número de trabalhadores”, disse a economista Vivian Machado, do Dieese, uma das responsáveis pela pesquisa.

Saldo do Emprego Bancário com Ajuste Brasil, Julho/2022 – Julho/2023



Fonte: Novo Caged - MTE

Elaboração: Dieese – Rede Bancários

Menos bancos, mais desemprego

Os dados de 2023 mostram que, de janeiro a julho, 61,09% dos postos de trabalho reduzidos (3.494) foram em estabelecimentos com até 50 empregados e 22% (1.258) nas unidades com mais de 1.000 trabalhadores.

“Além de fecharem postos de trabalho em todos os tipos de unidades, também constatamos que os bancos reduzem o emprego em todo o país. Por isso, iniciamos a campanha #BancoParaTodos, contra as demissões e o fechamento de agências bancárias e pela garantia da obrigação da oferta de serviços bancários para toda a população”, disse o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Walcir Previtalo.

Dados do Banco Central mostram que 42% dos municípios brasileiros não possuem nenhuma agência bancária. “Isso tem prejudicado os clientes, que são obrigados a percorrer longas distâncias quando precisam de atendimento presencial. E, durante a pandemia, vimos que muita gente precisa ser

atendida presencialmente, seja pela falta de acesso, ou pela necessidade de auxílio no uso da tecnologia, seja por preferir o atendimento humanizado”, ressaltou o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT.

Redução da categoria

Além da redução absoluta dos postos de trabalho, o setor bancário vem perdendo espaço no ramo financeiro. Ao contrário do que vem acontecendo com os bancários, nas demais categorias do ramo foram criadas novas vagas. Mesmo com redução dos bancários, no ramo financeiro como um todo foram abertos 1.866 postos de trabalho em julho. Nos últimos 12 meses, foram criados 15,8 mil postos de trabalho, uma média de 1,3 mil postos/mês.

Dentre as atividades do ramo financeiro que apresentaram maior saldo positivo em julho, destacam-se o crédito cooperativo (+1.038 postos); as atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias (+575 postos) e planos de saúde (+250 postos).

FONTE: CONTRAF

Governo Eduardo Leite volta a contratar terceirizada que usa laranjas



Citada em investigação da Polícia Federal, a SV Apoio Logístico volta a ser contratada pelo governo Eduardo Leite (PSDB). A empresa acaba de vencer uma licitação para atender à rede estadual de ensino, conforme reportagem do portal Matinal.

Das 14 contratações feitas pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) em agosto, 12 foram de empresas com histórico de problemas que incluem o atraso no pagamento de salários para os profissionais terceirizados, informa o gabinete da deputada Luciana Genro (Psol).

Em julho, o Matinal expôs a investigação que menciona a SV Apoio Logístico e apurou

que o sócio-diretor da empresa, cujo nome assinava mais de R\$ 39 milhões em contratos com a prefeitura de Porto Alegre e o governo do Estado, era um office boy domiciliado na periferia de Viamão. À época, o homem disse trabalhar com o pastor Carlos Serba Varreira, apontado como sócio oculto.

Menos de dois meses depois da notícia, o nome do laranja Antonio Garcia volta a firmar negócios com o poder público. A SV, especializada na contratação de funcionários terceirizados, venceu licitação no valor de R\$ 1,2 milhão para fornecer o serviço de merendeiras e cozinheiras para escolas da rede estadual.

Histórico de atrasos

Em nota encaminhada ao Sul21, a Seduc reforçou que as participantes atendiam os requisitos previstos no edital e que, “para casos específicos de eventuais atrasos no pagamento, tomou as devidas providências para instrução de procedimento notificadorio com a finalidade de apurar as irregularidades apresentadas pelas empresas, podendo haver penalidade conforme os princípios da razoabilidade e proporcionalidade”.

Ao jornal, a deputada Luciana reconheceu que não há impedimento legal para a contratação das empresas, mas questiona a inação do governo do Estado diante de repetidos problemas na contratação de terceirizadas.

A parlamentar aponta descaso com a situação das trabalhadoras e lacunas na legislação. É de sua autoria o projeto de lei 77/2023, que pretende garantir maior segurança para os trabalhadores terceirizados. A proposta chamada de lei anticallote já recebeu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade na reunião de terça-feira (18) da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa.



Foto: Assembleia Legislativa

De acordo com dados disponíveis no sistema de transparência do próprio governo, a dispensa de licitação foi dividida em 14 lotes, um para cada Coordenadoria Regional de Educação (CRE) participante, informa o gabinete da deputada.

Desse total, 10 foram vencidos pela empresa Portal, denunciada por Luciana ao Ministério Público em maio e em julho deste ano por atrasos nos salários das terceirizadas em Passo Fundo, situação que ainda não foi resolvida.

A Império Soluções em Serviços Ltda, que em maio de 2022 foi denunciada pelo mandato da deputada por atrasar os salários das trabalhadoras em Pelotas, também foi novamente contratada. A parlamentar enviou ofício ao governo do estado na época questionando sobre o assunto.

Matinal tentou contato com a assessoria de imprensa do governo do Estado neste domingo, mas não teve retorno até o fechamento desta matéria. A reportagem será atualizada assim que houver um posicionamento.

No dia 27 de fevereiro deste ano, Eduardo Leite recebeu representantes de merendeiras que não haviam recebido parte das verbas salariais ao longo de 2022 durante contrato firmado com a empresa Benetton.

Na ocasião, o governo estadual atrasou pagamentos à terceirizada e a empresa, por sua vez, suspendeu a prestação dos serviços, o que levou ao rompimento contratual e a uma disputa judicial em torno dos valores devidos a 340 funcionários.

O Sindicato de Empregados Terceirizados em Asseio e Conservação (Seeac/RS) cobra Estado e a empresa na Justiça por cerca de R\$ 2,3 milhões devidos aos trabalhadores devido à disputa.

Foto de abertura: Reprodução

Fonte: CUT-RS com Matinal Jornalismo

Pesquisa mostra estados mais e menos transparentes na segurança; veja

Entidades usaram 7 critérios de transparência ao analisar sites das secretarias de Segurança Pública. Acre e Roraima atenderam zero critério



Uma pesquisa organizada por entidades de direitos humanos e jornalismo revela panorama de como está a transparência dos estados e do DF quando o assunto é segurança pública.

Os pesquisadores analisaram os sites das secretarias de segurança de todas as 27 unidades federativas do país considerando sete requisitos de transparência ativa, que são os dados disponibilizados por vontade própria, sem que os governos estaduais precisem ser provocados.

Oito estados atenderam a todos os critérios. São eles: Mato Grosso do Sul, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Já os estados de Roraima e Acre, no Norte brasileiro, não conseguiram atender a nenhum dos critérios, já que não possuem sites de indicadores criminais. No caso de Roraima, o site está em manutenção desde 2021.

As informações sobre criminalidade nesses dois estados são publicadas parcialmente apenas em textos das agências de notícias estaduais.

Bons exemplos

Entre os sete critérios de transparência definidos na pesquisa, estão a atualização dos dados até 2023, o detalhamento desses dados por municípios ou bairros e a divulgação dos números de letalidade e vitimização policial.

Quantidade de critérios atendidos em cada

UF:

Mato Grosso do Sul	7
Ceará	7
Paraíba	7
Pernambuco	7
Pará	7
Rio de Janeiro	7
São Paulo	7
Rio Grande do Sul	7
Amazonas	6
Rondônia	6
Tocantins	6
Amapá	6
Paraná	6
Goiás	5
Distrito Federal	5
Alagoas	5
Maranhão	5
Espírito Santo	5
Santa Catarina	5
Rio Grande do Norte	4
Sergipe	4
Minas Gerais	4
Mato Grosso	3
Bahia	3
Piauí	3
Acre	0
Roraima	0

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

No Mato Grosso do Sul, são publicados indicadores criminais por município, que são atualizados mensalmente. Pernambuco se destaca por mostrar as ocorrências de homicídios que foram submetidas ao Judiciário, ou seja, que a investigação policial foi concluída.

O portal da Secretaria de Defesa Social pernambucana também mostra uma série histórica desde 2004 de crimes violentos letais intencionais, além de informações sobre servidores da segurança afastados e qual o motivo do afastamento.

Rio Grande do Sul, por sua vez, fornece uma quantidade enorme de dados sobre segurança, de forma detalhada, que podem ser baixados em planilhas.

O Distrito Federal se destaca por causa dos dados de pessoas desaparecidas, com série histórica a partir de 2016, e casos de injúria racial e racismo.

Mudança de poder

No texto do levantamento, que está na publicação “Segurança Pública em Dados: Guia Prático Para Jornalistas”, os pesquisadores consideram que houve avanço significativo na transparência ativa dos estados, que cada vez mais disponibilizam dados.

Ainda assim, os pesquisadores entendem que falta uma padronização da metodologia entre os estados e que a intensidade da transparência varia de acordo com o governante do momento.

“Outro fator que pode contribuir diretamente para a maior ou menor transparência é o político. A depender de quem está à frente do governo estadual ou da secretaria, há mais – ou menos – disposição para construir uma política de dados abertos e o compartilhamento das informações de forma ativa e em formatos amigáveis”, informa trecho da análise da pesquisa.

Este levantamento é resultado de uma parceria entre o Instituto Sou da Paz, o laboratório de dados Fogo Cruzado, a agência de dados Fiquem Sabendo e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

FONTE: METROPOLES

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF